

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.101, DE 2007

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”.

Autor: Deputado RATINHO JÚNIOR

Relator: Deputado JACKSON BARRETO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.101, de 2007, apresentado pelo Deputado Ratinho Júnior, promove alteração no § 2º do art. 26 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou as agências de transporte terrestre e aquaviário, com o intuito de determinar que nas praças de pedágio ou em suas imediações construam-se áreas de descanso dotadas de amplo estacionamento iluminado, de telefone público, de restaurante ou lanchonete e de banheiro público.

Segundo o autor, as concessionárias de rodovias têm cobrado uma tarifa muito elevada, tomando-se em conta o conjunto de benefícios que oferecem aos usuários. S.Ex.^a defende o ponto de vista de que há poucos locais de descanso nas estradas e de que, os existentes, em geral carecem de higiene, segurança e conforto. Julga que a obrigação imposta às concessionárias – construir e administrar os espaços de descanso – não

representará necessariamente um ônus, uma vez que a proposta faculta a essas entidades explorar comercialmente tais locais, como, por exemplo, com a instalação de restaurantes.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É compreensível a preocupação do Deputado Ratinho Júnior com as condições dos serviços prestados aos usuários das rodovias, especialmente àqueles que têm na direção de veículo um ofício. O próprio constituinte, indiretamente, esteve atento a essa questão: exigiu que se cuidasse dos direitos dos usuários e que os concessionários de serviço público ficassem obrigados a prestar serviço adequado, o qual a lei traduz por regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.

Devo confessar, no entanto, que me parece algo impertinente a exigência de que as empresas concessionárias de rodovias construam e administrem áreas de descanso e lazer nas imediações das praças de cobrança de pedágio, com os equipamentos e as características que a lei pretende impor.

Não são, a rigor, as estradas postas sob concessão que carecem de infra-estrutura de apoio ao usuário. Ao contrário. Elas, muito mais do que as exploradas diretamente pelo estado, contam com amplo conjunto de estabelecimentos comerciais às suas margens – boa parte dele de bom nível -, com apoio mecânico e paramédico, com sistema de sinalização e de informação e com telefones distribuídos ao longo do trajeto.

Penso que se fosse o caso de levar a lei a dizer tipos de intervenção física que deveriam ter lugar nas rodovias, melhor que se começasse pelas que hoje estão nas mãos do poder público, amiúde pior mantidas e equipadas. Não sendo assim, dever-se-ia estabelecer, no mínimo, a universalidade da exigência: o que valeria para a estrada administrada pelo estado valeria para a estrada administrada pela iniciativa privada.

Creio, todavia, que toda essa matéria é inadequada. Melhorias de infra-estrutura acontecem na medida do aparecimento de disponibilidades financeiras, dos avanços tecnológicos, do correto planejamento público ou privado e da construção de um ambiente institucional favorável aos investimentos. Melhorar a infra-estrutura não é meta que possa ser atingida pela simples vontade do legislador. Ainda que a força de impor uma obrigação esteja ao nosso lado, os elevados custos de uma medida – quando não a impossibilidade de cumpri-la – deveriam dissuadir o Parlamento de tentar ir contra o tempo ou contra os fatos.

Em razão dessas considerações, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.101, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JACKSON BARRETO
Relator